

**APCEF/SP – ASSOCIAÇÃO DE PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
SÃO PAULO**

**Conselho Deliberativo**

**Ata da Reunião realizada em 19.10.2018**

**Pauta:**

- 1 Informes**
  - 1.1 Administrativos;**
  - 1.2 Mudança Estatutária na Caixa;**
  - 1.3 FUNCEF;**
  - 1.4 Saúde Caixa;**
  - 1.5 Gerais**
- 2 Campanha Nacional 2018**
- 3 Cotidiano Caixa e Conjuntura**

Constatado o quórum regimental, o S.r. Presidente Ivan Furtado saudou os participantes dando início à Reunião que contou com a presença dos **Conselheiros(as)**: Ivan Furtado, Sérgio Hideo Kaneko, Jair Marciéri Pimpinato, Antônia Pinheiro, Sérgio Soares da Costa, Gilberto Macedo, Tiago Oliveira do Livramento, Ana Beatriz Lucato Cianflone, Luiza Hansen Arruda dos Santos, Normando Kleber Xavier Alves, Edson Aparecido de Carvalho Junior, Vinicius de Oliveira. Diogo Portugal Pudles, Odineide Gaspar da Silva, José Roberto Batista Ferreira. Marcus Vinicius Ramalho, Daniel Cortinhas, Benedito Pereira de Matos, Carlos Eduardo Bighetti de Oliveira, Dinilza Nascimento Correia, Evanildo Pereira de Souza, Maricy Yolanda Callegari Defavari, Thiago de Oliveira Mendonça, Leandro de Oliveira Novaes; do **Diretor Administrativo-Financeiro** Leonardo dos Santos Quadros, da **Diretora de Relações Sindicais, Sociais e Trabalhistas** Ivanilde Moreira de Miranda; da **Superintendente** Vanice Rodrigues Carvalho; do **Coordenador da Assessoria Sindical** Marcos de Castro e do **Economista da subseção do DIEESE/APCEF-SP e FENAE** Valmir Gongora.

Na sequência, o S.r. Presidente **Ivan Furtado** solicitou aos Conselheiro(as) que fosse votada a Ata da Reunião anterior realizada em 18.05.2018, sendo aprovada por 17 membros do Conselho, havendo 01 abstenção.

Em seguida foi apresentada pelo Secretário **Jair Marciéri Pimpinato** a pauta da presente reunião, sendo referendada pelos Srs(as) Conselheiros(as).

## Informes Administrativos

A Superintendente **Vanice Rodrigues Carvalho** discorreu sobre os eventos programados para os meses de outubro, novembro e dezembro:

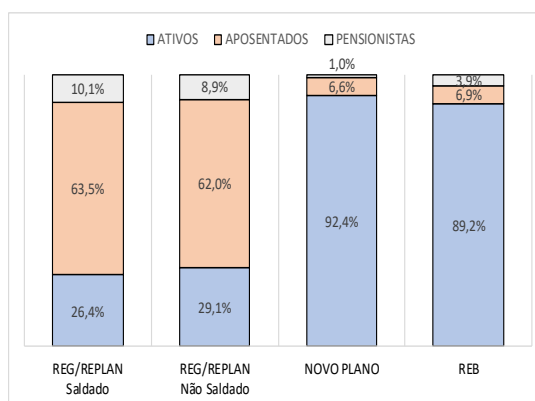
- 20/10 APCEF em movimento na Subsede de Bauru/SP  
 22/10 a 27/10 Simpósio aposentados FENACEF – Praia do Forte/BA  
 23/10 Abertura das reservas para a 2ª semana janeiro/2019 nas Colônias Suarão e Ubatuba  
 27/10 16ª Cerimônia Concurso de Desenho – Cia dos Bichos-SPaulo  
 27/10 Abertura safra de viagens Nosso Valor – FENAE  
 30/10 Abertura das reservas para a 3ª semana janeiro/2019 nas Colônias Suarão e Ubatuba  
 02/11 Copa de Xadrez Franco Montoro 2018 – Clube  
 06.11 Abertura das reservas para a 4ª semana janeiro/2019 nas Colônias Suarão e Ubatuba  
 09/11 a 11/11 Excursão para a cidade de Capitólio/MG  
 10.11 Projeto Xadrez – Em Nome do Rei e da Rainha – Clube  
 13.11 Abertura das reservas para a 5ª semana janeiro/2019 nas Colônias Suarão e Ubatuba  
 22/11 Reunião Diretoria APCEF/SP  
 24/11 Festa do Hawaii – Colônia de Suarão  
 24/11 Festa do Chope – Via Matarazzo, Água Branca – Capital  
 24/11 Circuito de Xadrez na Montanha - Campos do Jordão/SP  
 26/11 a 29/11 Excursão para a cidade de Capitólio/MG  
 27.11 Abertura das reservas em todas as Colônias para o período do Carnaval  
 06/12 a 08/12 Final das disputas Talento FENAE – Natal/RN  
 21/12 a 25/12 Festa de Natal no dia 24/12 – Todas as Colônias  
 28/12 a 01/01 Festa do Réveillon no dia 31/12 – Todas as Colônias

## FUNCEF

Atualizando informações sobre a FUNCEF, o S.r. **Valmir Gongora** apresentou os últimos dados disponíveis:

Participantes (base setembro de 2018)				
Quantidade de participantes	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não Saldado	NOVO PLANO	REB
<b>ATIVOS</b>	14.924	1.721	78.290	7.394
<b>ASSISTIDOS</b>	41.548	4.197	6.472	891
<b>APOSENTADOS</b>	35.850	3.672	5.601	568
<b>PENSIONISTAS</b>	5.698	525	871	323
<b>TOTAL</b>	<b>56.472</b>	<b>5.918</b>	<b>84.762</b>	<b>8.285</b>

Fonte FUNCEF: dados do Painel de Informações em 17/9/2018



## Ativos e rentabilidade consolidado 2017 e julho de 2018

Ativo líquido de investimento	Consolidado				Rentabilidade
	dezembro de 2017	dezembro de 2017	julho de 2018	Variação até	
Segmento	Em mil R\$	proporção	Em mil R\$	proporção	
Renda fixa	35.999.120	58,4%	37.531.212	60,0%	4,26%
Renda variável	13.818.457	22,4%	13.745.623	22,0%	-0,53%
Investimentos estruturados	3.542.855	5,7%	2.102.273	3,4%	-40,66%
Investimentos imobiliários	5.116.275	8,3%	5.794.210	9,3%	13,25%
Operações com participantes	2.134.564	3,5%	2.332.098	3,7%	9,25%
Outros	1.055.588	1,7%	1.089.630	1,7%	3,22%
<b>Total</b>	<b>61.666.899</b>		<b>62.597.547</b>		<b>5,26%</b>
			meta até julho		5,50%

Fonte: FUNCEF  
Elaboração: DIEESE Subseção APCEF São Paulo

**DIEESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**APCEF/SP** ASSOCIAÇÃO DE PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## Ativos de investimentos REG/REPLAN Não Saldado – julho de 2018

Ativo líquido / Plano	REG/REPLAN Não Saldado		
segmento	Em mil R\$	proporção	rentabilidade
Renda fixa	2.815.203	56,0%	<b>6,61%</b>
Renda variável	1.257.342	25,0%	<b>1,06%</b>
Investimentos estruturados	240.546	4,8%	<b>8,80%</b>
Investimentos imobiliários	540.085	10,8%	<b>4,44%</b>
Operações com participantes	76.221	1,5%	<b>6,75%</b>
Depósitos recursais	2.664	0,1%	
Outros	91.094	1,8%	<b>8,07%</b>
<b>Total</b>	<b>5.023.155</b>		<b>5,00%</b>

**DIEESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**APCEF/SP** ASSOCIAÇÃO DE PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## Ativos de investimentos REG/REPLAN Saldado – julho de 2018

Ativo líquido / Plano	REG/REPLAN Saldado		
segmento	Em mil R\$	proporção	rentabilidade
Renda fixa	23.539.389	55,1%	<b>6,65%</b>
Renda variável	9.663.597	22,6%	<b>0,86%</b>
Investimentos estruturados	2.154.904	5,0%	<b>11,70%</b>
Investimentos imobiliários	5.108.461	12,0%	<b>4,53%</b>
Operações com participantes	1.255.036	2,9%	<b>6,92%</b>
Depósitos recursais	25.507	0,1%	
Outros	963.984	2,3%	<b>8,08%</b>
<b>Total</b>	<b>42.710.878</b>		<b>5,23%</b>

**DIEESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**APCEF/SP** ASSOCIAÇÃO DE PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## Ativos de investimentos Novo Plano – julho de 2018

Ativo líquido / Plano	Novo Plano		
segmento	Em mil R\$	proporção	rentabilidade
Renda fixa	9.897.177	69,8%	<b>6,09%</b>
Renda variável	2.731.495	19,3%	<b>1,41%</b>
Investimentos estruturados	569.193	4,0%	<b>16,91%</b>
Investimentos imobiliários	77.911	0,5%	<b>6,96%</b>
Operações com participantes	889.278	6,3%	<b>6,88%</b>
Depósitos recursais	335	0,0%	
Outros	18.383	0,1%	<b>8,17%</b>
<b>Total</b>	<b>14.183.772</b>		<b>5,48%</b>

**DIEESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**APCEF/SP** ASSOCIAÇÃO DE PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## Ativos de investimentos REB – julho de 2018

Ativo líquido / Plano	REB		
Segmento	Em mil R\$	proporção	rentabilidade
Renda fixa	1.268.711	60,4%	<b>6,19%</b>
Renda variável	503.445	24,0%	<b>1,24%</b>
Investimentos estruturados	125.531	6,0%	<b>16,71%</b>
Investimentos imobiliários	71.854	3,4%	<b>5,31%</b>
Operações com participantes	114.527	5,5%	<b>6,86%</b>
Depósitos recursais	392	0,0%	
Outros	16.193	0,8%	<b>8,08%</b>
<b>Total</b>	<b>2.100.653</b>		<b>5,35%</b>

**DIEESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**APCEF/SP** ASSOCIAÇÃO DE PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## Rentabilidade até junho de 2018

Taxa de juros 2018  
Ano de 2018

Plano	taxa de juros (1)	taxa de juros (2)	INPC	TMA (1)	Rentabilidade
REG/REPLAN Saldado	4,50%	2,60%	2,83%	5,50%	5,23%
REG/REPLAN Não Saldado	4,50%	2,60%		5,50%	5,00%
Novo Plano	4,50%	2,60%		5,50%	5,35%
				5,50%	5,48%

(1) taxa real - acima do INPC - definida para o ano

(2) taxa real relativa ao período (7/12 de anual) Taxa Mínima Atuarial - valorização a ser alcançada, resultado de taxa de juros x INPC do período janeiro-julho

**DIEESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**APCEF/SP** ASSOCIAÇÃO DE PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## Equilíbrio técnico dos planos

Equilíbrio técnico - Valores em mil R\$	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não Saldado	Novo Plano	REB	Consolidado
Em dezembro de 2017	(5.598.721)	(730.629)	(225.031)	(17.563)	(6.571.945)
Exercício 2018 - até julho	(320.682)	74.850	6.396	7.145	(232.291)
<b>Déficit acumulado até julho de 2018</b>	<b>(5.919.403)</b>	<b>(655.779)</b>	<b>(218.635)</b>	<b>(10.418)</b>	<b>(6.804.236)</b>

**DIEESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**APCEF/SP** ASSOCIAÇÃO DE PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## FUNCEF: contencioso perda provável – 2017 e 2018 (julho)

Perda provável (em mil R\$)	julho de 2018					Consolidado
	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não Saldado	REB	Novo Plano	PGA	
Previdencial	840.758	250.509	23.967	2.814		<b>1.118.048</b>
Investimentos	99.676	10.530	1.461	1.468		<b>113.135</b>
Administrativo (FUNCEF)					9.968	<b>9.968</b>
<b>Total</b>	<b>940.434</b>	<b>261.039</b>	<b>25.428</b>	<b>4.282</b>	<b>9.968</b>	<b>1.241.151</b>
Perda provável (em mil R\$)	dezembro de 2017					Consolidado
	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não Saldado	REB	Novo Plano	PGA	
Previdencial	991.011	286.528	30.003	2.055		<b>1.309.598</b>
Investimentos	95.479	10.104	1.335	1.285		<b>108.203</b>
Administrativo (FUNCEF)					9.530	<b>9.530</b>
<b>Total</b>	<b>1.086.490</b>	<b>296.632</b>	<b>31.338</b>	<b>3.340</b>	<b>9.530</b>	<b>1.427.330</b>
variação 2017-2018(julho)	-13,4%	-12,0%	-18,9%	28,2%	4,6%	-13,0%

**DIEESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**APCEF/SP** ASSOCIAÇÃO DE PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## FUNCEF: contencioso perda possível 2017 e 2018 (julho)

julho de 2018						
Perda possível (em mil R\$)	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não Saldado	REB	Novo Plano	PGA	Consolidado
Previdencial	13.352.448	1.863.477	835.832	8.435		16.060.192
Investimentos	1.458.734	167.303	35.100	114.627		1.775.764
Administrativo (FUNCEF)					8.320	8.320
<b>Total</b>	<b>14.811.182</b>	<b>2.030.780</b>	<b>870.932</b>	<b>123.062</b>	<b>8.320</b>	<b>17.844.276</b>

Ano de 2017						
Perda possível (em mil R\$)	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não Saldado	REB	Novo Plano	PGA	Consolidado
Previdencial	13.282.932	1.872.419	795.709	8.096		15.959.156
Investimentos	1.053.147	117.962	20.610	38.431		1.230.150
Administrativo (FUNCEF)					7.078	7.078
<b>Total</b>	<b>14.336.079</b>	<b>1.990.381</b>	<b>816.319</b>	<b>46.527</b>	<b>7.078</b>	<b>17.196.384</b>

variação 2017-2018(julho)	3,3%	2,0%	6,7%	164,5%	17,5%	3,8%
---------------------------	------	------	------	--------	-------	------

## Resumo

- Investimentos: rentabilidade pouco inferior à meta estabelecida para o período. A Renda Variável, a mercado, segue com baixa valorização.
- Impacto negativo dada a evolução de desequilíbrio anterior acumulado.
- Planos com ativos de investimentos predominantemente em renda fixa (Novo Plano, mais de 70%).
- Contencioso cresce e não há qualquer referência quanto a solucioná-lo.

Consoante dados apresentados, e em se mantendo o déficit, provavelmente teremos um novo equacionamento. O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB) recentemente aprovou a extensão do prazo de equacionamento para os planos que não mais recebem novas adesões. Hoje com prazos em torno de 17 anos, em se aplicando essa resolução o novo período de equacionamento poderá dobrar ou até triplicar. Não é possível saber exatamente qual será o reflexo no valor das contribuições extraordinárias, lembrando que a ampliação do prazo trará consigo a aplicação de juros. Detalhes operacionais serão definidos na regulamentação.

Outro fato relevante é a aprovação, em janeiro de 2018, pelo Conselho Deliberativo da revisão do Estatuto da FUNCEF. Foi constituído, em março de 2018, grupo de trabalho composto por 6 integrantes: dois do Conselho Deliberativo, dois da Diretoria Executiva e dois da Caixa. As alterações pretendidas foram apresentadas a entidades representativas que formalizaram sugestões, em sua maioria rejeitadas pelo grupo de trabalho. Dentre as propostas encaminhadas pelo grupo de trabalho apontamos algumas que julgamos relevantes, lembrando que pelo estatuto atual, as alterações estatutárias exigem quatro votos de conselheiros deliberativos, não havendo voto de desempate:

- . eleição para órgãos estatutários será nominal, não mais por chapas.
- . entre os requisitos para o candidato:
  - Formação em grau superior com especialização
  - proibição de vínculo com partido político ou participante de estrutura decisória ou de campanha política
  - experiência de três anos, nos últimos dez, em áreas de conhecimento específica
  - idade mínima de trinta anos; participante há pelo menos dez anos
  - os diretores terão metas e, mesmo os eleitos, poderão perder o seu

- mandato se o desempenho não for aprovado pelo CD em avaliação anual
- redução do papel e alçada do diretor e valorização do CD
  - autorização de investimentos e desinvestimentos: 0,5% do total FUNCEF ou 5% do respectivo plano, o que for menor
  - no Conselho Fiscal o voto de qualidade não valerá para desempate quando da elaboração do relatório anual
  - alteração estatutária poderá ser proposta se subscrita por não menos 5% dos participantes
  - acesso irrestrito às informações pela patrocinadora, não por completo ao participante
  - os representantes nas empresas serão nomeados pelo CD, observando prioritariamente o banco de habilitados. Na ausência de habilitados, permitido processo interno.
  - inclusão de Ouvidoria no estatuto que será indicado pelo CD a partir de lista tríplice da DE
  - comitê de Auditoria com membros “independentes”

## **CAIXA**

Com relação a Caixa, o S.r. **Valmir Gongora** apresentou os resultados do primeiro semestre de 2018 e indicadores:

Lucro líquido do 1º semestre/2018 foi de R\$ 6,655 bilhões, 63,3% superior ao do mesmo período de 2017, R\$ 4,074 bilhões. Razões para o resultado:

- . renda de tarifas e prestação de serviços: R\$ 797 milhões
- . redução da despesa de pessoal: R\$ 847,8 milhões
- . redução da provisão para devedores duvidosos: R\$ 3,159 bilhões

## Resultado 1º semestre: 2017 e 2018

Contas de receitas e despesas e lucro líquido		1ºSEM2017	1ºSEM2018	variação no período
		em mil R\$		
a	Receita de intermediação financeira	70.966.149	55.881.784	-21,3%
b	Despesa de intermediação financeira	(56.270.745)	(38.027.369)	-32,4%
c = a+b	<b>Resultado da intermediação</b>	<b>14.695.404</b>	<b>17.854.415</b>	<b>21,5%</b>
d = Σ(e..l)	<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>(10.672.445)</b>	<b>(8.723.544)</b>	<b>-18,3%</b>
e	receitas de prestação de serviços	9.476.596	9.652.304	1,9%
f	rendas de tarifas bancárias	2.752.934	3.371.630	22,5%
g	despesas de pessoal	(11.264.543)	(10.416.698)	-7,5%
h	outras despesas administrativas	(5.778.255)	(5.645.308)	-2,3%
i	despesas tributárias	(1.981.615)	(2.033.100)	2,6%
h	resultado de participação em coligadas e controladas	311.587	696.784	123,6%
k	outras receitas operacionais	3.943.623	3.947.202	0,1%
l	outras despesas operacionais	(8.132.772)	(8.296.358)	2,0%
m	Resultado operacional	4.022.959	9.130.871	127,0%
n	Resultado não operacional	(207.155)	(747.033)	260,6%
o	Imposto de Renda e contribuição social	674.236	(724.614)	-207,5%
p	Participação dos empregados no lucro	(415.696)	(1.004.200)	141,6%
q = Σ(m..p)	<b>Lucro líquido do período</b>	<b>4.074.344</b>	<b>6.655.024</b>	<b>63,3%</b>

**DIIESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**APCEF/SP** ASSOCIAÇÃO DE PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

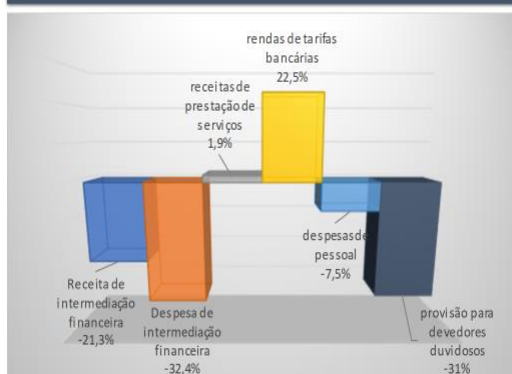
## Despesas de pessoal

Despesas com pessoal (mil R\$)	1ºSEM 2017	1ºSEM 2018	variação ano/ano anterior
<b>Salários</b>	<b>6.705.674</b>	<b>5.979.242</b>	<b>-10,8%</b>
<b>Indenizações trabalhistas</b>	<b>755.566</b>	<b>684.352</b>	<b>-9,4%</b>
<b>Benefícios</b>	<b>1.285.076</b>	<b>1.316.560</b>	<b>2,4%</b>
<b>Encargos sociais</b>	<b>2.456.047</b>	<b>2.384.337</b>	<b>-2,9%</b>
- FGTS	466.531	451.121	-3,3%
- Previdência social	1.408.777	1.378.695	-2,1%
- Previdência complementar	446.108	425.632	-4,6%
- Outros encargos	134.631	128.889	-4,3%
<b>Outros</b>	<b>62.180</b>	<b>52.207</b>	<b>-16,0%</b>
<b>total</b>	<b>11.264.543</b>	<b>10.416.698</b>	<b>-7,5%</b>

**DIIESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**APCEF/SP** ASSOCIAÇÃO DE PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

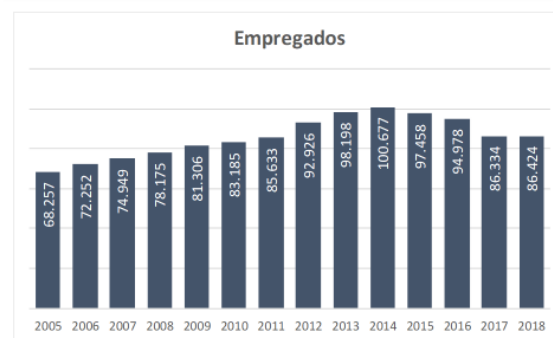
## Variações significativas



**DIIESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**APCEF/SP** ASSOCIAÇÃO DE PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## Número de empregados

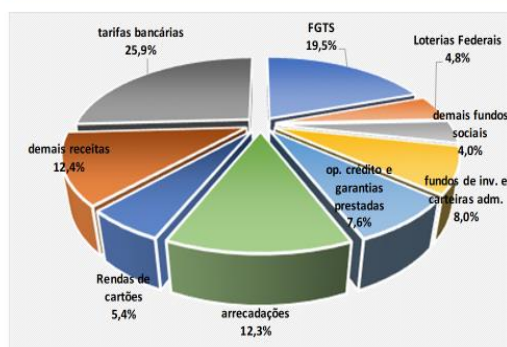


Em 2018, base junho

**DIIESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**APCEF/SP** ASSOCIAÇÃO DE PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## receita de prestação de serviços e tarifas (proporção das principais rubricas)



**DIIESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**APCEF/SP** ASSOCIAÇÃO DE PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## Participação no mercado

Modalidade/período	2017 (junho)	2018 (junho)	Varição junho 2017-2018
<i>Poupança</i>	38,68%	37,81%	-0,9%
<i>Depósitos à vista</i>	22,16%	19,43%	-2,7%
<i>CDB</i>	22,99%	14,64%	-8,4%
<i>LH/LCI</i>	47,31%	40,78%	-6,5%
<i>LF</i>	12,41%	7,84%	-4,6%
<i>Fundos de Investimentos</i>	8,15%	8,23%	0,1%
<i>Carteira de Crédito Ampliada</i>	22,82%	21,85%	-1,0%
<i>Total Pessoa Física <sup>(1)</sup></i>	<i>32,37%</i>	<i>30,75%</i>	<i>-1,6%</i>
<i>Total Pessoa Jurídica <sup>(1)</sup></i>	<i>12,54%</i>	<i>11,35%</i>	<i>-1,2%</i>
<i>Total imobiliário</i>	68,07%	69,35%	1,3%

**DIIESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**APCEF/SP** ASSOCIAÇÃO DE PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

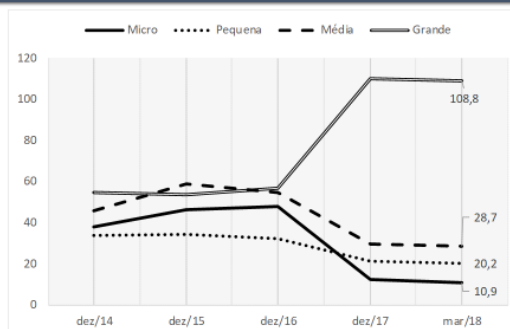
## Financiamento imobiliário em bilhões de R\$ de junho de 2018

Em bilhões de R\$ de junho de 2018

Saldos (*)	Financiamento Imobiliário	Programa de subsídio à habitação	Micha Casa Minha Vida
2014	R\$ 423,7	R\$ 0,35	R\$ 3,6
2015	R\$ 432,7	R\$ 0,33	R\$ 4,4
2016	R\$ 458,6	R\$ 0,35	R\$ 4,7
2017	R\$ 443,9	R\$ 0,32	R\$ 3,5
2018	R\$ 436,0	R\$ 0,32	R\$ 3,1
<b>variação real 2014-2018</b>	<b>2,9%</b>	<b>-10,3%</b>	<b>-13,6%</b>

(\*) Dezembro de cada ano, exceto 2018, junho.

## Crédito pessoa jurídica saldos em bilhões R\$

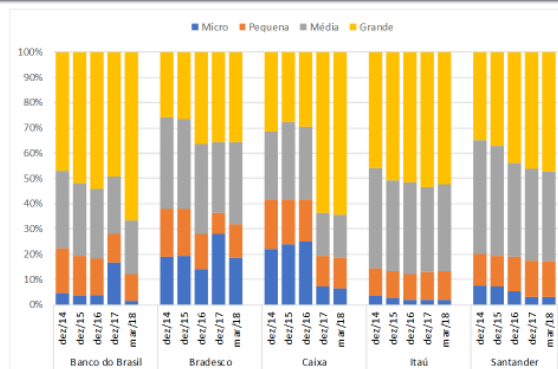


## Operações de crédito – segmentos em Bilhões R\$ de junho de 2018

Em valores R\$ (bilhões) corrigidos a junho de 2018

segmento	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	30/06/2018	variação 2014/2018
Energia elétrica	12,0	13,7	17,0	20,0	18,9	<b>57,2%</b>
Construção civil	18,8	19,5	17,6	16,9	15,2	<b>-19,3%</b>
Comércio varejista	31,9	27,5	22,5	17,7	14,8	<b>-53,7%</b>
Siderurgia e metalurgia	12,0	10,8	10,2	9,5	9,0	<b>-25,1%</b>
Transporte	11,3	11,5	10,8	9,8	8,8	<b>-22,0%</b>
Saneamento e infraestrutura	4,4	6,4	7,1	7,0	7,0	<b>59,1%</b>
Comércio atacadista	7,3	8,0	7,7	6,2	5,7	<b>-21,5%</b>
demais	54,7	59,2	48,6	31,9	27,4	<b>-49,9%</b>
<b>total</b>	<b>152,4</b>	<b>156,7</b>	<b>141,5</b>	<b>119,0</b>	<b>106,7</b>	<b>-30,0%</b>

## proporção por porte de empresa - mercado



## Crédito pessoa jurídica – saldos em mil R\$ data indicada

crédito por porte de empresa - Em mil R\$ no mês indicado

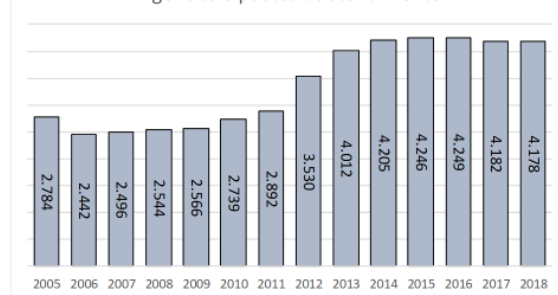
data	Micro	Pequena	Média	Grande	total
dez/14	37.977.224	33.610.860	45.695.106	54.372.097	171.655.287
dez/15	45.978.263	34.294.994	58.528.468	53.616.922	192.418.647
dez/16	47.824.184	32.313.920	54.806.406	56.830.131	191.774.641
dez/17	12.343.309	21.296.687	29.345.223	109.972.845	172.958.064
mar/18	10.926.827	20.169.612	28.720.620	108.834.652	168.651.711

Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE Subseção Apcef São Paulo

## Agências e postos de atendimento

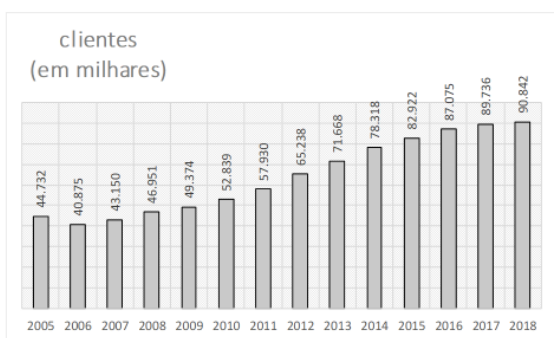
Agências e postos de atendimento



Em 2018, base junho



## Número de clientes

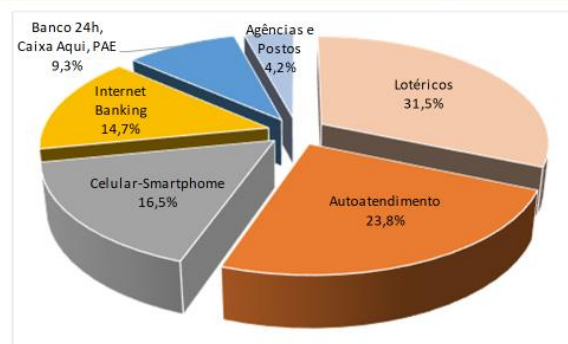


Em 2018, base junho

**DIIESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE  
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**APCEF** /  
ASSOCIAÇÃO DE PESSOAS  
DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## Transações bancárias (canais de atendimento)



**DIIESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE  
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**APCEF** /**SP**  
ASSOCIAÇÃO DE PESSOAS  
DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Analisando os dados mencionados, verificamos diminuição da intermediação financeira, diminuição na provisão para devedores duvidosos, diminuição nas despesas com pessoal, aumento da receita com tarifas bancárias. A participação no mercado nos segmentos físico e jurídico teve significativo encolhimento (poupança, depósitos à vista, CDB, LH, LF etc.). Houve também redução no financiamento habitacional nas modalidades “minha casa, minha vida” e “programa de subsidio à habitação”. Exceto o crédito à pessoa jurídica para grandes empresas, nas modalidades micro, pequena e média foi expressiva a diminuição nas aplicações. Acredita-se que no segmento grandes empresas, o crédito foi concentrado no setor energético. Significativa foi também a redução no percentual de participação das agências e postos de atendimento nas transações financeiras; os demais canais (lotéricas, autoatendimento, internet bank, celular etc.) tiveram acentuado aumento.

A partir de maio 2016 inicia-se discussão sobre projeto de criação de seu banco digital o que foi concluído com a parceria entre o MoneyEx (51% do capital) e CaixaPar (49% do capital). Ainda não temos outras informações sobre quem controlará este novo banco digital sobretudo em se tratando da Caixa que é 100% pública. A MoneyEx foi criada em 2017 pelos sócios Flavio Salmen Maldonado e Guilherme Stocco Filho. No entanto, a discussão do projeto com a Caixa teve início em 2016. Stocco foi membro do Banco Original. O Banco Original é controlado pela J&F Participações, holding que abriga a JBS, empresa do mercado de produtos de origem animal. O ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles foi presidente do Conselho de Administração da J&F, mantendo contrato de consultoria até ser indicado por Michel Temer para o ministério, em maio de 2016.



O investimento inicial da MoneyEx e CaixaPar será de R\$ 270 milhões. Em se havendo rescisão do contrato, a parte renunciante terá que arcar com multa de duas vezes o valor do investimento realizado. Na verdade, o que foi aprovado pelo Conselho Diretor, segundo empregados que conhecem a operação, vai possibilitar a transferência de importantes segmentos de negócios da Caixa a uma empresa com controle privado e, mais ainda, o controle do que vem se caracterizando como principal meio de acesso do cliente ao banco.

Outro motivo de preocupação está sendo o novo leilão da Lotex (Loteria Instantânea Exclusiva) que foi marcado para o dia 29 de novembro e poderá ser a primeira área da Caixa a ser privatizada através do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) criado pelo atual governo como forma de reduzir a dívida pública. A política de venda em fatias é uma forma de esquivar-se dos efeitos da liminar do STF que proíbe o governo de privatizar empresas públicas sem autorização do Legislativo.

### **Mudança Estatutária na Caixa**

O Conselho de Administração da Caixa aprovou no dia 17 de setembro alteração no Estatuto permitindo que algumas diretorias na área de controle (Jurídico, Auditoria e Corregedoria) sejam ocupadas por pessoas não concursadas, gente de mercado que provavelmente irá descaracterizar o caráter social da Caixa. A medida ainda precisa ser aprovada em Assembleia Geral. Atualmente, o presidente é indicado pelo governo, os vice-presidentes são nomeados pelo Conselho de Administração após seleção externa e os diretores são escolhidos entre empregados concursados.

Os Conselheiros **Leandro de Oliveira Novaes** e **Marcus Vinicius Ramalho** reivindicaram que os fatos apresentados sejam didaticamente relatados ao conjunto dos empregados para uma maior compreensão de nossa realidade.

### **Saúde Caixa**

A Diretora **Ivanilde Moreira de Miranda**, membro eleita do Conselho de Usuários do Saúde Caixa informou que a direção da empresa não apresentou, em sua última reunião realizada em 20 de setembro, dados confiáveis, o que prejudica toda e qualquer análise mais fundamentada. Na reunião do Conselho em abril, o relatório apresentava o valor arrecadado com mensalidades e coparticipações dos titulares no exercício 2016 de R\$ 416 milhões. Na apresentação realizada no dia 20 de setembro, o valor foi alterado para R\$ 399 milhões para o mesmo exercício. Torna-se urgente a

realização de auditoria nos números financeiros, com acompanhamento por parte dos conselheiros eleitos para esclarecer a real situação do Saúde Caixa e garantir sua sustentabilidade.

Edição especial da “APCEF em Movimento” abordando o tema Saúde Caixa está sendo divulgada.

### **Informes Gerais**

Dando continuidade à Reunião, O S.r. Presidente Ivan Furtado solicitou a palavra aos Sr(as) Conselheiros(as)

**Marcus Vinicius Ramalho** – discorreu sobre caso em que foi aplicada penalidade ao empregado que foi arrolado como testemunha em caso de horas extras efetuadas e não registradas no Sipon. Sugere formação de grupo para acompanhamento de processos movidos contra a Caixa.

Com referência ao atual Acordo Coletivo sua vigência por dois anos não nos favorece, o incipiente debate deixou muito a desejar, faltou maior empenho de nossas entidades sindicais para uma maior mobilização da categoria. No que se refere ao Saúde Caixa, adiamos para 2021 provável alteração radical em suas normas e consentimos que o atual formato só contemple os admitidos até 31.08.2018.

Torna-se imperativo a mobilização dos empregados das estatais em defesa das empresas públicas, através de encontros estaduais para que com muita democracia e responsabilidade possamos convergir para um encontro nacional.

**José Roberto Batista Ferreira** – a desconfiança da base em relação às representações sindicais se acentua a cada campanha salarial; em princípio “nenhum direito a menos”, no desfecho, entrega do saúde caixa. Constatamos o fatiamento da empresa, o desmonte da Caixa para posterior entrega ao mercado; quanto tempo ainda teremos que esperar para um maior envolvimento dos trabalhadores, para uma intensa discussão com a base onde as críticas serão ouvidas e trabalhadas?

**Vinicius de Oliveira** – vivemos uma conjuntura muito adversa; após o primeiro turno, os ataques pessoais se intensificaram, as facções fascistas estão mais agressivas perpetrando perseguição às minorias, incitando ódio ao movimento LGBTI e outras entidades.

A partir de assembleias soberanas, do surgimento de comitês de base, embriões da resistência aos futuros ataques (previdência, trabalhista, empresas públicas) inicia-se o efetivo combate em defesa das instituições democráticas.

**Sérgio Soares da Costa** – comentou sobre o bloqueio de benefícios do INSS aos que recebem auxílio doença, auxílio acidente de trabalho e invalidez, que após perícia, não tiveram seu benefício mantido. Há casos de doença grave em que a perícia indica reintegração, a empresa não reintegra e o trabalhador fica na pendência, inclusive no que diz respeito ao saque de FGTS.

**Leonardo dos Santos Quadros** – com referência à promoção por mérito 2018, o modelo discutido pela comissão paritária em 09 de outubro ainda deverá passar pela mesa permanente de negociação o que poderá ocorrer brevemente. Histórico da promoção por mérito: progressão no Plano de Cargos e Salários (PCS), junto com a promoção por antiguidade (devida ao empregado a cada dois anos), a promoção por merecimento deixou de ser aplicada em 1996. Após 1998, a situação agravou-se, pois os empregados admitidos a partir desta data foram enquadrados em um novo PCS, que, na carreira administrativa, possuía apenas 15 referências, com um piso e um teto que, atualizado pelos índices de reajuste alcançados nas campanhas salariais, são de R\$ 2.827 e R\$ 3.631 respectivamente (valores atuais). Assim, a última referência do PCS, que seria alcançada pelo empregado somente após 30 anos de trabalho, considerando as promoções por antiguidade a cada dois anos e a ausência da promoção por merecimento, era apenas R\$ 804 maior que a referência de ingresso na Caixa. Em 2008, os empregados conquistaram a unificação dos PCS de quem foi admitido antes e depois de 1998, ampliando o teto e restabelecendo as promoções por merecimento. O novo PCS, atualmente em vigência, conta com 48 referências, sendo a inicial (201) R\$ 2.832, e a última (248) R\$ 8.276, diferença de R\$ 5.444 entre a referência final e a inicial. Considerando a concessão de um delta merecimento a cada ano e o delta por antiguidade a cada dois anos, o empregado pode alcançar o topo do novo PCS após 32 anos trabalhados na Caixa. Com referência ao GDP (Gestão de Desempenho de Pessoas), ferramenta que traria oportunidades de desenvolvimento profissional e reconhecimento, tornou-se instrumento que aumenta a pressão e a prática de assédio. Há muito desconhecimento do assunto nas unidades e cabe a cada Conselheiro(a), a cada militante o dever de divulgar e pedir ao empregado atenção aos regulamentos da RH 205-015. O peso de cada item é diferente de acordo com a função e local de trabalho.

A aplicação do limite de 6,5% da folha de pagamento como teto de gastos com o saúde caixa gerou lucro de R\$ 4 bilhões na reversão das provisões que consta no resultado recorrente. O saúde caixa é parte integrante do acordo coletivo de trabalho e tem prazo de validade.

### **MOÇÕES:**

Apresentada pelo Conselheiro **Sérgio Soares da Costa:**

#### **Moção de repúdio ao Tribunal Superior Eleitoral**

Reportagem divulgada por jornal de grande circulação no dia 19.10.2018 sobre empresas que compraram pacotes de disparos de milhões de mensagens via WhatsApp em apoio ao candidato do PSL Jair Bolsonaro e contra o PT foi motivo de interpelação junto ao Tribunal Superior Eleitoral. A compra por empresas alinhadas a Bolsonaro desses aplicativos de mensagens fere de forma relevante o equilíbrio entre as candidaturas, é caracterizada como utilização de caixa 2, constituindo crime eleitoral.

O Tribunal deu reiteradas mostras de não estar preparado para lidar com a atividade eleitoral em redes sociais.

Este Conselho Deliberativo da APCEF/SP repudia a passividade do TSE em não aplicar imediatamente medidas coercitivas previstas na legislação eleitoral contra a candidatura do PSL.

Aprovada por ampla maioria. Um voto contrário.

Apresentada pelo Conselheiro **Marcus Vinicius Ramalho:**

#### **Moção de repúdio à penalidade aplicada**

A CE CAIXA CORED 114/2018 – Penalidades disciplinares – 3º trimestre/2018 informa as penalidades aplicadas para as situações que infringiram o Regime Disciplinar: advertências, suspensões e rescisões. Dentre as que motivaram a rescisão do contrato de trabalho citamos:

“Realizar falso testemunho confirmando, em juízo, que colega CAIXA trabalhava por 8 h efetivas, mas registrava o ponto com jornada de apenas 6 h, afirmando não receber as horas extras, o que foi desmentido com os registros de ponto.”

“Realizar falso testemunho em depoimento na justiça em favor de colega CAIXA, prestando informações das quais não tinha conhecimento ou condições de averiguar, o que resultou em prejuízo financeiro à CAIXA advindo da perda da ação.”

O Conselho Deliberativo da APCEF/SP repudia essa conduta da CAIXA e exige respeito aos trabalhadores no seu direito de dar testemunho contra as arbitrariedades impostas pela empresa e no seu direito a livre manifestação do pensamento e liberdade de expressão.

Aprovada por unanimidade.

Moção apresentada pelo Conselheiro **Marcus Vinicius Ramalho:**

### **Moção de repúdio à candidatura Jair Bolsonaro**

Este Conselho Deliberativo da APCEF/SP em reunião realizada em 19 de outubro de 2018, com distintas avaliações e críticas aos governos do PT e à candidatura de Fernando Haddad, se posiciona contra o programa de governo do candidato do PSL Jair Bolsonaro que visa implantar um projeto de ditadura com intervenção nos sindicatos de trabalhadores e violentos ataques aos nossos direitos mínimos.

É muito importante o combate a Bolsonaro e ao autoritarismo dos tempos da ditadura militar que ele representa, visando atacar os trabalhadores e suas organizações de luta, assim como constitui uma ameaça à vida das mulheres, negros, comunidades LGBTI's, indígenas, ao ativismo e ao meio ambiente. Somos contrários ao projeto do Bolsonaro, aos perigos que se anunciam com sua eleição, à repressão, pois nos colocamos contra a tortura, o racismo, o machismo, a homofobia, a retirada de direitos trabalhistas e a privatização de empresas públicas.

Para isso é necessário votar “13” contra o Bolsonaro.

Torna-se fundamental, desde já, organizar a classe trabalhadora evidenciando a importância dos sindicatos e centrais sindicais a convocarem comitês contra Bolsonaro e suas ideias e ameaças reais à nossa vida. Como exemplo de luta tivemos a greve geral de 2017 contra a reforma da previdência, que foi a maior das últimas décadas. Vamos à luta!!!

**#ELENÃO**

Aprovada por ampla maioria. Um voto contrário.

Apresentada pela Conselheira **Antônia Pinheiro:**

### **Moção de repúdio contra provável alteração no estatuto da FUNCEF**

A revisão do artigo 22 do estatuto da FUNCEF (requisitos para o exercício de mandato como membro dos órgãos estatutários), que sugere em sua proposta preliminar alteração principalmente do inciso X que seria modificado para: não ser dirigente estatutário de partido político ou titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da Federação, bem

como não ter atuado nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado à organização, estruturação e realização de campanha eleitoral para cargos no Poder Executivo e Legislativo não se justifica. Nossa Constituição Federal garante o direito de todo cidadão para que possa livremente se associar a toda e qualquer organização social, inclusive no que se refere à filiação partidária e sua ativa participação.

Nesse sentido a FUNCEF passará a discriminar cidadãos que, em pleno exercício de seus direitos democráticos não poderão participar do processo eleitoral como membro dos órgãos estatutários da entidade.

Nós, membros do Conselho Deliberativo da APCEF/SP repudiamos medidas que discriminam nossos colegas de luta e impeçam nossa representação nos órgãos estatutários da FUNCEF.

Aprovada por unanimidade.

#### **Dando continuidade aos informes:**

**Leandro de Oliveira Novaes:** após o advento da internet torna-se impossível processar as milhões de informações que, num passado não tão remoto, as notícias veiculadas através de rádio, jornal eram mais fáceis de serem confirmadas e registros não verídicos caíam rapidamente em descrédito. Atualmente os indivíduos se agrupam em torno de um universo de confiança mútua (o indivíduo confia em outro indivíduo dentro de seu próprio grupo). Tudo o que é dito, não havendo credibilidade torna-se rejeitável.

**Ivanilde Moreira de Miranda:** o momento eleitoral requer críticas de ambos os lados, um momento difícil que demanda o envolvimento de todos. Há de se resgatar a confiança não só entre nós, também entre as instituições. A convivência entre os que pensam diferente, o debate, o admitir as divergências, o diálogo franco constitui o alicerce da entidade.

**Antônia Pinheiro:** durante o governo FHC a Caixa estava sendo preparada para a privatização que, devido à mudança de governo (Lula) não se concretizou. Atualmente, com o governo Temer, o espectro da privatização volta a rondar nossa empresa, agora por partes. Nossas entidades de trabalhadores precisam mais do que nunca conscientizar os empregados da importância de se agregarem em defesa da Caixa 100% pública. Sobre a campanha salarial, haveria paralisação se a aplicação das resoluções CGPAR fossem consolidadas. A categoria avaliou que naquele momento a proposta foi satisfatória, embora não contemplasse os empregados admitidos após 31 de agosto. O momento é de grave ataque aos trabalhadores. Vide as



demissões imotivadas nos Correios, o objetivo de privatizar tudo o que for possível nas estatais. O momento é de pensar o futuro, pensar o coletivo.

Após a manifestação dos Srs(as) Conselheiros(as), o S.r. Presidente **Ivan Furtado** teceu as considerações finais ressaltando sermos formadores de opinião e que tudo o que foi mencionado seja aplicado.

**Ausências devidamente justificadas:**

Ana Cristina Rodrigues Quintans

André Luís Prates de Menezes

Carlos Alberto Fonseca

Daltro Marques Junior

James Tadeu Batalha de Góes

Moacir Vendrame Bassan

Silas Henrique da Silva

Sonia Maria Siqueira da Silva Oliveira

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do Conselho Deliberativo deu por encerrada a Reunião e concluída a redação da presente ata, que segue assinada por:

Jair Marciéri Pimpinato  
Secretário

Sérgio Hideo Kaneko  
Vice-Presidente

Ivan Furtado  
Presidente